

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

19 e 20
Agosto
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Cármem Lúcia manda detalhar salários de juízes

A medida ocorreu após a polêmica envolvendo 84 magistrados que receberam salários acima de R\$ 100 mil na folha de julho

BRASÍLIA

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, publicou ontem uma portaria em que determina que os tribunais brasileiros publiquem dados sobre estrutura e pagamento remuneratório de magistrados.

A medida ocorreu após a polêmica envolvendo o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), onde foi revelado que 84 magistrados receberam salários acima de R\$ 100 mil na folha de julho.

A portaria, publicada no Diário da Justiça do CNJ, impõe o prazo de 10 dias para que todos os tribunais do poder Judiciário do Brasil envie cópias das folhas de pagamento dos magistrados do período de janeiro de 2017 até o mês de agosto deste ano, além de especificar os valores de subsídios e verbas especiais.

Ainda de acordo com o documento, a partir do mês de setembro de 2017, os tribunais terão até cinco dias após o pagamento dos

magistrados para enviar cópias da folha de pagamentos que servirão para o controle de orçamento e finanças dos tribunais e para a ampla divulgação aos cidadãos e órgãos competentes.

Na publicação, o CNJ afirma que irá manter em seu site um espaço específico de transparência dos dados relativos aos pagamentos dos magistrados pelos órgãos de jurisdição brasileira submetidos a seu controle.

Em um caso do tribunal do MT, o juiz Mirko Vicenzo Giannotte recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79. O valor, segundo o Portal da Transparência, foi resultado da soma de R\$ 300.283,27 em salário, R\$ 137.522,61 em indenizações, além de R\$ 40.342,96 em vantagens eventuais e mais R\$ 25.779,25 em gratificações.

O tribunal matogrossense justificou que tinha aval do CNJ para quitar uma dívida antiga com os magistrados, mas o ministro corregedor do CNJ, João Otávio Noronha, negou que tenha autorizado e suspendeu os pagamentos “até que os fatos sejam esclarecidos”.

Houve apenas uma decisão, autorizando o pagamento de R\$ 29,5 mil a uma juíza do estado, mas que não era extensiva aos outros magistrados. Após a divulgação de seus vencimentos, o juiz Mirko Giannotte disse que o pagamento é justo, está dentro da lei e ele não está “nem aí” para polêmica.



CÁRMEN LÚCIA quer saber como é pago o salário dos magistrados do País

Annibal diz que já cumpre

Presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Annibal de Rezende Lima, disse que a Corte capixaba já divulga, “há bastante tempo”, a remuneração de todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário estadual em seu site.

Para ele, a portaria da ministra Cármem Lúcia, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), determinando o acompanhamento de pagamentos realizados a magistrados e a publicação detalhada desses valores pelas Cortes de Justiça estaduais só afete

ta quem ainda não cumpre as regras de transparência.

Já o presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Homero Mafra, elogiou a portaria.

“A decisão é oportuna e esse é o efetivo papel do CNJ, controle externo do Poder Judiciário. A sociedade, que é quem paga o salário dos magistrados, tem o direito de saber quanto se recebe e o porquê. O Judiciário também tem que prestar contas”, defendeu Mafra.

A diretoria da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages) não foi encontrada.

Ajufe apoia divulgação

O presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Roberto Veloso, manifestou apoio à portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga os tribunais a divulgarem a folha de pagamento dos magistrados.

“É uma medida muito boa. Importante. Nós já esperávamos que

o CNJ tomasse essa atitude de controle dos vencimentos dos tribunais de Justiça”, disse.

Veloso afirmou ainda que não há, na magistratura federal, o pagamento de salários acima do teto constitucional.

“Eu posso afirmar que, na Justiça Federal, não há supersalários, inclusive esse era um dos maiores questionamentos dos juizes federais, porque viam os juizes dos estados receberem verbas que não estavam sendo pagas aos juizes federais, e ao mesmo tempo não havia um controle por parte do CNJ”, disse.

O NÚMERO

R\$ 33,7 mil

é o teto de salário para servidor

CAÇA AOS SUPERSALÁRIOS

Tribunais terão que divulgar salários de magistrados

Cármen Lúcia mandou Cortes repassarem dados detalhados sobre a folha ao CNJ

BRASÍLIA

▲ A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, publicou ontem uma portaria em que determina que os tribunais brasileiros publiquem dados sobre estrutura e pagamento remuneratório de magistrados.

A medida ocorreu após a polêmica envolvendo o Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), onde foi revelado que 84 magistrados receberam salários acima de R\$ 100 mil na folha de julho.

A portaria, publicada no Diário da Justiça do CNJ, impõe o prazo de dez dias para que todos os tribunais do Poder Judiciário do Brasil enviem cópias das folhas de pagamento dos magistrados do período de janeiro de 2017 até o mês de agosto deste ano, especificando os valores de subsídios e verbas especiais.

Ainda de acordo com o documento, a partir do mês de setembro de 2017, os tribunais terão até cinco dias após o pagamento dos magistrados para enviar cópias da folha de pagamentos que servirão para o controle

de orçamento e finanças das Cortes e para a ampla divulgação aos cidadãos e órgãos competentes.

Na publicação, o CNJ afirma que vai manter em seu site um espaço específico de transparência dos dados relativos aos pagamentos dos magistrados pelos órgãos de jurisdição brasileira submetidos a seu controle.

Em um caso do Tribunal do Mato Grosso, o juiz Mirko Vicenzo Giannotte recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79. O montante, de acordo com o Portal da Transparência,

foi resultado da soma de R\$ 300.283,27 em salário, R\$ 137.522,61 em indenizações, R\$ 40.342,96 em vantagens eventuais e mais R\$ 25.779,25 em gratificações.

O tribunal matogrossense justificou que tinha aval do CNJ para quitar uma dívida antiga com os magistrados, mas o ministro corregedor do CNJ, João Otávio Noronha, negou que tenha autorizado e suspendeu os pagamentos "até que os fatos sejam esclarecidos".

Houve apenas uma decisão, autorizando o pagamento de R\$ 29,5 mil a uma juíza do Estado, mas que não era extensiva aos outros magistrados.

NA FOLHA

84

magistrados

Eles receberam supersalários no Tribunal de Justiça do Mato Grosso.

PAGAMENTOS

R\$ 100 mil

Valor que magistrados do Mato Grosso receberam em julho.

"JUSTO"

Após a divulgação de seus vencimentos, o juiz que ganhou mais de R\$ 500 mil em julho disse que o pagamento é justo, está dentro da lei e ele não está "nem aí" para polêmica. Giannotte contou que recebeu o contracheque dia 20 de julho, data em que completou 47 anos.

"Eu estou dentro da lei e estava recebendo a menos. Eu cumpro lei e quero que cumpram comigo", afirmou o magistrado, informando também que espera receber outros passivos estimados em R\$ 750 mil. (AG)



CARLOS MOURA/STF - 29/06/2017

Cármen Lúcia assinou portaria que obriga tribunais a divulgar pagamentos

ENTENDA O CASO

SUPERSALÁRIOS

▼ O Tribunal de Justiça do Mato pagou a 84 magistrados "supersalários" acima de R\$ 100 mil em julho. Em um caso do tribunal do MT, o juiz Mirko Vicenzo Giannotte recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79.

SUSPENSÃO

▼ O tribunal matogrossense justificou que tinha aval do CNJ para quitar uma dívida antiga com os magistrados, mas o ministro corregedor



do CNJ, João Otávio Noronha, negou que tenha autorizado e suspendeu os pagamentos "até que os fatos sejam esclarecidos". Os documentos foram enviados pela Corte ao conselho ontem.

DETALHAMENTO

▼ Ontem, a presidente do STF e do CNJ, Cármen Lúcia, assinou uma portaria que obriga os tribunais a divulgarem de forma detalhada o pagamento dos magistrados.

Cármem Lúcia manda tribunais detalharem salários de juízes

Tribunais têm dez dias para encaminhar pagamentos entre janeiro e agosto de 2017

A presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármem Lúcia, publicou nesta sexta-feira uma portaria em que determina que os tribunais brasileiros publiquem dados sobre estrutura e pagamento remuneratório de magistrados. A medida ocorreu após a polêmica envolvendo o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), onde foi revelado que 84 magistrados receberam salários acima de R\$ 100 mil na folha de julho.

A portaria, publicada no Diário da Justiça do CNJ, impõe o prazo de dez dias para que todos os tribunais do Poder Judiciário do Brasil envie cópias das folhas de pagamento dos magistrados do período de janeiro de 2017 até o mês de agosto deste ano, além de especificar os valores de subsídios e verbas especiais. Ainda de acordo com o documento, a partir do mês de setembro de 2017, os tribunais terão até cinco dias após o pagamento dos magistrados para enviar cópias da folha de pagamentos que servirão para o controle de orçamento e finanças dos tribunais e para a ampla divulgação aos cidadãos e órgãos competentes.

Na publicação, o CNJ afirma que irá manter em seu site um espaço específico de transparência dos dados relativos aos pagamentos dos magistrados pelos órgãos de jurisdição brasileira submetidos a seu controle.

Em um caso do tribunal do MT, o juiz Mirko Vincenzo Giannotte recebeu, em valores brutos, R\$ 503.928,79. O valor, segundo o Portal da Transparência, foi resultado da soma de R\$ 300.283,27 em salário, R\$ 137.522,61 em indenizações, além de R\$ 40.342,96 em vantagens eventuais e mais R\$ 25.779,25 em gratificações.

O tribunal matogrossense justificou que tinha aval do CNJ para quitar uma dívida antiga com os magistrados, mas o ministro corregedor do CNJ, João Otávio Noronha, negou que tenha autorizado e suspendeu os pagamentos “até que os fatos sejam esclarecidos”. Houve apenas uma decisão, autorizando o pagamento de R\$ 29,5 mil a uma juíza do estado, mas que não era extensiva aos outros magistrados.

Após a divulgação de seus vencimentos, o juiz que ganhou mais de R\$ 500 mil em julho disse que o pagamento é justo, está dentro da lei e ele não está “nem aí” para polêmica. Giannotte contou que recebeu o contracheque dia 20 de julho, data em que completou 47 anos.

“Eu estou dentro da lei e estava recebendo a menos. Eu cumpro lei e quero que cumpram comigo”, disse o magistrado, informando também que espera receber outros passivos estimados em R\$ 750 mil.

Cármem Lúcia obriga tribunais do País a informar salários pagos a juízes

Os dados ficarão disponíveis no site do CNJ e poderão ser utilizados em procedimentos de investigação internos no CNJ

Em meio a uma polêmica em torno de altos salários pagos a juízes de Mato Grosso, a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, publicou uma portaria em que o CNJ obriga os tribunais pelo Brasil a informar dados sobre estrutura e pagamentos remuneratórios de juízes, alegando ser necessário para que o órgão apure eventuais descumprimentos do teto salarial. Os dados ficarão disponíveis no site do CNJ e poderão ser utilizados em procedimentos de investigação internos no CNJ.

A informação de que Cármem Lúcia publicaria uma portaria visando ao controle de gastos dos tribunais foi antecipada pela Coluna do Estadão, que revelou, também, gordos contracheques no Tribunal de Justiça do Mato Grosso, cuja folha salarial de julho incluiu R\$ 114,6 mil ao presidente, Rui Ramos Ribeiro.

A presidente do CNJ decidiu também pedir detalhamento específico dos pagamentos feitos aos magistrados. Atualmente, já há alguma divulgação de tribunais sobre remunerações, mas sem especificar quanto se refere a salários, quanto a benefícios. Uma das determinações é para que os tribunais enviem, em um prazo de dez dias úteis, a lista com os pagamentos feitos neste ano, de janeiro a agosto.

A portaria estabelece que, a partir de setembro, os tribunais terão até cinco dias após o pagamento aos magistrados, para encaminhar cópia da folha salarial, “para divulgação ampla aos cidadãos e controle dos órgãos competentes e para controle da regularidade do orçamento e finanças de cada qual dos Tribunais pelo CNJ”.

Cármem Lúcia afirma que “a Presidência do Conselho Nacional de Justiça providenciará a adoção de medidas específicas pela Corregedoria Nacional de Justiça para explicitação ou adoção de providências, quando for o caso, de descumprimento das normas constitucionais e legais sobre pagamentos realizados sem o fundamento jurídico devido”.

A ministra justifica que isso é necessário para o CNJ “cumprir as suas atribuições constitucionais de controle da legalidade e da moralidade pública” e destaca, ainda, “a necessidade de se garantirem as apurações em curso neste órgão sobre descumprimento do teto constitucionalmente assentado”.

“O Conselho Nacional de Justiça manterá, em seu sítio, espaço específico de transparência dos dados relativos aos pagamentos realizados a todos os magistrados pelos órgãos de jurisdição brasileira submetidos a seu controle”, observa Cármem Lúcia na portaria.

Segue a lista das resoluções do CNJ:

Art. 1º Determinar a todos os Tribunais do Poder Judiciário do Brasil, submetidos ao controle administrativo deste Conselho Nacional de Justiça, o envio de cópia das folhas de pagamento dos magistrados da competência de cada qual de janeiro de 2017 até o mês de agosto de 2017, especificando os valores relativos a subsídio e eventuais verbas especiais de qualquer natureza e o título sob o qual foi realizado o pagamento.

Art.2º Os Tribunais terão dez dias úteis para enviar à Presidência deste Conselho Nacional de Justiça

as cópias, contando-se este prazo da publicação da presente Portaria.

Art. 3º A partir do mês de setembro de 2017 todos os Tribunais do País submetidos ao controle administrativo do Conselho Nacional de Justiça encaminharão, até cinco dias após o pagamento aos magistrados, cópia da folha de pagamentos realizados para divulgação ampla aos cidadãos e controle dos órgãos competentes e para controle da regularidade do orçamento e finanças de cada qual dos Tribunais pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 4º A Presidência do Conselho Nacional de Justiça providenciará a adoção de medidas específicas pela Corregedoria Nacional de Justiça para explicitação ou adoção de providências, quando for o caso, de descumprimento das normas constitucionais e legais sobre pagamentos realizados sem o fundamento jurídico devido.

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça manterá, em seu sítio, espaço específico de transparência dos dados relativos aos pagamentos realizados a todos os magistrados pelos órgãos de jurisdição brasileira submetidos a seu controle.

Art. 6º O descumprimento do prazo previsto no art. 1º desta Resolução resultará na abertura de correição especial no Tribunal que der causa à desobediência da regra.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mulheres vítimas de violência doméstica no ES ganham mutirão da Justiça

Ação faz parte da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais de cada estado.

Começou nesta segunda-feira (21) mais uma Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa. No Espírito Santo, haverá mais atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica, entre outras ações, realizadas até o dia 25. A iniciativa é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os tribunais de cada estado.

As ações do projeto vão acontecer na Praça Otávio Araújo, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. Os atendimentos às mulheres no ônibus do Juizado Itinerante serão feitos das 9h às 17h. Nesta segunda, o atendimento começa às 14h.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), a intenção é ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha, com julgamentos concentrados em ações penais relativas à violência de gênero. Atualmente, há mais de 1 milhão de ações relacionadas à violência doméstica na Justiça brasileira.

Segundo a coordenadora de enfrentamento à violência doméstica e familiar, juíza Hermínia Azoury, as mulheres que buscarem apoio junto à estrutura montada pelo TJES terão acesso a serviços de atendimento social e psicológico, além de orientação jurídica, expedição de boletins de ocorrência e concessão de medidas protetivas em favor das vítimas.

Além da atuação concentrada, os magistrados capixabas farão audiências, júris e julgamentos de processos relativos a violência doméstica e familiar, bem como ações penais cuja vítima seja do sexo feminino.

O Espírito Santo foi, por anos, o estado em que mais se matou mulheres no Brasil. Segundo Hermínia, ainda não há motivos para comemorar, mesmo que o estado já tenha diminuído os números negativos. "Hoje estamos em quinto lugar, mas ainda não podemos comemorar. Nosso objetivo é tirar o estado desse ranking", disse.

A queda nos números, que ainda preocupam, se devem às políticas públicas implementadas, afirma a juíza, que lembra que a iniciativa do CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça é importante principalmente para as mulheres que não têm acesso aos atendimentos ou que ainda resistem em fazer as denúncias.

"A denúncia se torna uma dificuldade para algumas vítimas, que resistem, pensando em dar uma segunda chance, ou que até dependem financeiramente dos parceiros. Estamos focando nessas causas. Conhecemos os efeitos, que são muito graves, e trabalhamos para modificá-los", ressaltou.

Seminário

A Rede Gazeta, em parceria com o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, vai promover mais uma edição do Diálogos Rede Gazeta, com o tema "Pela paz em casa e contra a violência doméstica".

O seminário acontece na sexta-feira (25), no encerramento da Semana Nacional da Justiça Pela Paz em Casa. O evento é aberto ao público mediante inscrição e será realizado no auditório da empresa, em Vitória, das 14h às 17h.

No primeiro painel, serão apresentadas informações sobre a violência doméstica no Espírito Santo e no segundo, as iniciativas para recuperação de vítimas e agressores.

‘Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa’ tem atendimento a vítimas de violência no ES

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espirito-santo/bom-dia-es/videos/t/edicoes/v/semana-nacional-da-justica-pela-paz-em-casa-tem-atendimento-a-vitimas-de-violencia-no-es/6091910/>

Justiça Pela Paz em Casa: ônibus leva serviços para mulheres no ES

A solenidade de abertura da 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa acontece na próxima segunda-feira (21/08), às 10 horas, em frente ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo, localizado na Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, em Vitória. Em razão do evento, a rua Des. Homero Mafra e o acesso da rua Profº Belmiro Siqueira pela Av. N. Sra dos Navegantes, Enseada do Suá, estarão totalmente interditadas, e o trânsito será desviado pela rua Profº Belmiro Siqueira, seguindo pela Av. N. Sra dos Navegantes.

As ações do projeto acontecerão de 21 a 25 de agosto, na Praça Otávio Araújo, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha. Os atendimentos às mulheres no ônibus rosa do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, serão feitos das 9h às 17h, exceto no dia 21, quando os trabalhos terão início às 14 horas.

De acordo com a Coordenadoria de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, que é coordenada pela juíza Maria Hermínia Azoury, as mulheres que buscarem apoio junto à estrutura montada para a 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa também contarão com serviços de atendimento social e psicólogo. Orientação jurídica, expedição de Boletins de Ocorrência (BO) e concessão de medidas protetivas em favor das mulheres vítimas de violência serão outros serviços oferecidos pelo Juizado Itinerante.

Além da atuação concentrada, durante toda a 8ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa no Espírito Santo, os magistrados do Poder Judiciário capixaba realizarão audiências, júris e julgamentos de processos que versem sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como ações penais cuja vítima seja do sexo feminino.

Lei Maria da Penha

A Campanha acontece no mês em que a Lei Maria da Penha completa 11 anos. A Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, leva o nome de uma mulher símbolo do combate à violência doméstica, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sobreviveu a duas tentativas de assassinato praticadas pelo então marido.

A legislação criou mecanismos para coibir a violência doméstica, proibiu a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, aumentou a punição para os casos de violência doméstica e possibilitou a concessão de medidas protetivas de urgência às vítimas de agressão.

FUNCIONAMENTO DOS SUPERMERCADOS AOS DOMINGOS

Justiça pode decidir abertura

Mesmo com decreto presidencial, embate entre patrões e empregados pode parar no meio judicial, segundo especialistas

Andreia Ferreira

Em meio à polêmica da abertura de supermercados aos domingos, juristas declararam que caberá à Justiça do Trabalho bater o martelo para decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos no primeiro dia da semana e nos feriados.

O decreto assinado pelo presidente Michel Temer, na última quarta, incluiu o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e feriados.

Segundo o advogado trabalhista Ben-Hur Brenner Farina, a decisão da convenção coletiva, entre patrões e empregados, está acima do decreto federal. O acordo coletivo, segundo ele, terá reforço a partir de 11 de novembro, quando entra em vigor a reforma trabalhista.

Na próxima convenção coletiva — que começa em setembro e acaba em outubro —, caso os comerciantes decidam pela abertura dos supermercados nos dias determi-

nados pelo decreto, o Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo (Sindicomerciantes) poderá recorrer à Justiça do Trabalho.

“Se o Sindicomerciantes não for a favor do trabalho aos domingos e feriados, são assegurados pela lei a questionar o trabalho dos colaboradores nesses dias. A Justiça do Trabalho dará a decisão”.

O juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Vitória, Cássio Ariel Moro, afirmou que a convenção coletiva é o que rege as decisões para o exercício da atividade supermercadista e está acima do decreto. “Agora, com a assinatura do decreto, as possibilidades de greve ficam inviáveis para os funcionários, já que a atividade dos supermercados passou a ter caráter essencial para a população”.

De acordo com o juiz, o comerciante não tem autonomia para funcionar aos domingos, pois o decreto reconhece a atividade como essencial e não como obrigatória.

“Se o comerciante não fizer um acordo com o Sindicomerciantes, certamente terá problemas jurídicos e deverá responder por eles”.

O magistrado disse que é mais sensato os comerciantes esperem a próxima convenção coletiva.

Segundo a Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), a convenção coletiva do ano passado prevalece até 31 de outubro e o departamento jurídico está analisando, mas, a princípio, nada muda.



CLIENTES EM SUPERMERCADO: projeto determina abertura de estabelecimentos aos domingos uma vez por mês

Projeto de lei prevê rodízio de lojas

O Projeto de Lei 302/2015, de autoria do deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD), quer obrigar o funcionamento dos supermercados em, pelo menos, um domingo do mês.

De acordo com o projeto, ficaria determinada a abertura de supermercados e hipermercados aos domingos, uma vez por mês, das 9 às 18 horas.

O projeto de lei também deixa a cargo dos sindicatos (patronal e profissional) a organização do rodízio em cada unidade.

Em sua justificativa, o deputado Enivaldo dos Anjos classifica o acesso às lojas em dias de domingo como uma necessidade básica dos cidadãos e uma oportunidade de

crescimento no número de empregos no Estado.

“Em vários estados da Federação os supermercados e hipermercados já abrem suas portas e beneficiam a população aumentando inclusive as vagas de emprego neste tipo de rede ou criando vagas temporárias, possibilitando assim o crescimento da economia aliado à função social da empresa”, explica o autor do projeto de lei.

A abertura das lojas ficaria livre em municípios que tenham menos de 100 mil habitantes. Para o caso de redes de supermercados que não obedecerem à legislação, uma multa de até R\$ 10 mil é prevista ao comerciante.

O projeto de lei, no entanto, está

parado na Comissão de Cidadania da Assembleia Legislativa do Espírito Santo e não há previsão de quando será votado.

De acordo com o advogado especialista em direito do trabalho Helton Francis Maretto, são necessárias audiências públicas para discutir o tema. “Essa medida não tem força de lei e infringe a autonomia dos comerciantes, pois eles poderão ter a obrigação de abrir. É inconstitucional uma legislação estadual de sobrepor às leis federais”, afirmou.

O decreto assinado pelo presidente Michel Temer na última quarta inclui a atividade supermercadista como essencial, mas não obriga a abertura.

ENTENDA

Decreto não obriga abrir as portas

Como fica agora?

- > JURISTAS afirmam que caberá à Justiça do Trabalho a decisão final para o funcionamento de supermercados aos domingos e feriados.
- > O DECRETO presidencial diz que a atividade supermercadista é essencial para o País.
- > NA PRÓXIMA convenção coletiva, que começa em setembro e acaba em outubro, patrões e empregados vão decidir pelo acordo de manter ou não os supermercados fechados no primeiro dia da semana.
- > O SINDICATO dos Comerciantes do Espírito Santo poderá questionar na Justiça do Trabalho a obrigatoriedade do trabalho dos funcionários, caso patrões decidam abrir as lojas aos domingos e feriados.
- > O MARTELO final será batido pela Justiça do Trabalho, definindo pelo funcionamento ou não das lojas.

Assinatura

- > O DECRETO foi assinado pelo presidente Michel Temer na última quarta.
- > INCLUIU o comércio varejista de supermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e feriados. O texto, no entanto, não obriga o funcionamento.
- > JURISTAS defendem que greves ficarão inviáveis aos funcionários, já que a atividade se tornou essencial.
- > O ACORDO entre patrões e empregados estabelecido na convenção coletiva do ano passado prevalece até 31 de outubro. “Estamos fazendo uma análise junto ao departamento jurídico mas, no nosso entendimento, nada muda por enquanto. É tudo muito recente”, explicou o superintendente da Acaps, Hélio Schneider.

Fonte: Juristas consultados.



HÉLIO SCHNEIDER, superintendente da Acaps: “Estamos fazendo uma análise junto ao departamento jurídico mas, no nosso entendimento, nada muda por enquanto. É tudo muito recente”

OPINIÕES



“Com o decreto, fica inviável a greve de funcionários de supermercados”

Cássio Ariel Moro, juiz substituto da 1ª Vara do Trabalho de Vitória



“O decreto não se sobrepõe à decisão da convenção coletiva entre patrões e empregados”

Ben-Hur Farina, advogado trabalhista



“A atividade agora é essencial, e o decreto fica acima da convenção coletiva”

Marcelo Pimentel, juiz titular da 10ª Vara Cível de Vitória

Supermercado anuncia abertura aos domingos, mas volta atrás

Publicação avisando sobre funcionamento da loja se espalhou na internet rapidamente

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Após um anúncio na página oficial do Shopping Vila Velha de que o supermercado Carrefour situado naquele centro comercial iria passar a abrir aos domingos, a partir de hoje, o estabelecimento varejista recuou e afirmou, por meio de sua assessoria, que não irá operar hoje.

A postagem havia sido feita no fim da tarde de ontem, e recebeu centenas de compartilhamentos. Horas depois, após a nova decisão do supermercado, a postagem foi tirada do ar.

Em nota, a rede Carrefour informou que “ainda aguarda definição legislativa e sindical a respeito da operação

do seu hipermercado em Vila Velha (aos domingos). Reforça, porém, que opera em linha com a legislação vigente e para atender ainda melhor os consumidores da região, já que atividade de varejo alimentar é essencial para a população”.

A decisão do Carrefour de abrir a loja, a princípio, vai de encontro à convenção coletiva do final do ano passado, firmada entre empregados e patrões, que proíbe a abertura dos estabelecimentos neste dia da semana. O fechamento dos supermercados aos domingos no Estado começou em 2009.

De acordo com a atual regra, há uma flexibilidade de abertura das lojas em alguns domingos do ano, nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Cada rede, no entanto, pode optar pela abertura ou não das lojas,



Shopping Vila Velha | h

É isso mesmo! O Carrefour do Shopping Vila Velha vai passar a abrir aos domingos, de 10h às 21h, e já começando amanhã, dia 20 de agosto. 😊 Então já sabe: Quando vier passear com a família no Shopping Vila Velha aos domingos, aproveite e faça as suas compras da semana! 🍎

#ShoppingVilaVelha #Carrefour #NoShoppingTem

Publicação em rede social informava sobre abertura

assim como definir seu horário de funcionamento.

Entretanto, na última quarta-feira entrou em vigor um decreto do presidente Michel Temer reconhecendo o setor supermercadista como atividade essencial, para facilitar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e em feriados.

Para juristas, a nova legislação, contudo, não se sobrepõe à decisão da convenção coletiva, que vale até 31 de outubro.

Representantes do setor supermercadista e dos trabalhadores foram pegos de surpresa com o anúncio do supermercado, ontem.

O superintendente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), Hélio Schneider, afirmou que a entidade não participou da decisão.

“Ainda há entendimen-

tos jurídicos divergentes sobre a preponderância do decreto em relação à convenção coletiva. Cada empresa tem sua autonomia, mas, a princípio, a recomendação que demos foi de que a convenção coletiva deve prevalecer”, afirmou Schneider.

O Shopping Vila Velha informou que foi comunicado pelo Carrefour sobre o funcionamento hoje do hipermercado, mas que limitar concedida pela Justiça em favor do sindicato dos trabalhadores impediu, de última hora, a abertura programada.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo, Jackson Andrade, negou que o sindicato tenha atuado na Justiça, mas enfatizou que, caso o Carrefour tenha convocado os trabalhadores, a entidade tomaria as medidas cabíveis.

Supermercado anuncia abertura aos domingos, mas volta atrás

Publicação avisando sobre funcionamento da loja se espalhou na internet rapidamente

Após um anúncio na página oficial do Shopping Vila Velha de que o supermercado Carrefour situado naquele centro comercial iria passar a abrir aos domingos, a partir do dia 20, o estabelecimento varejista recuou e afirmou, por meio de sua assessoria, que não irá operar aos domingos.

A postagem havia sido feita no fim da tarde de sábado (19), e recebeu centenas de compartilhamentos. Horas depois, após a nova decisão do supermercado, a postagem foi tirada do ar.

Em nota, a rede Carrefour informou que “ainda aguarda definição legislativa e sindical a respeito da operação do seu hipermercado em Vila Velha (aos domingos). Reforça, porém, que opera em linha com a legislação vigente e para atender ainda melhor os consumidores da região, já que atividade de varejo alimentar é essencial para a população”.

A decisão do Carrefour de abrir a loja, a princípio, vai de encontro à convenção coletiva do final do ano passado, firmada entre empregados e patrões, que proíbe a abertura dos estabelecimentos neste dia da semana. O fechamento dos supermercados aos domingos no Estado começou em 2009.

De acordo com a atual regra, há uma flexibilidade de abertura das lojas em alguns domingos do ano, nos meses de janeiro, fevereiro e julho. Cada rede, no entanto, pode optar pela abertura ou não das lojas, assim como definir seu horário de funcionamento.

Entretanto, na última quarta-feira entrou em vigor um decreto do presidente Michel Temer reconhecendo o setor supermercadista como atividade essencial, para facilitar a abertura dos estabelecimentos aos domingos e em feriados.

Para juristas, a nova legislação, contudo, não se sobrepõe à decisão da convenção coletiva, que vale até 31 de outubro.

Representantes do setor supermercadista e dos trabalhadores foram pegos de surpresa com o anúncio do supermercado, neste sábado.

O superintendente da Associação Capixaba de Supermercados (Acaps), Hélio Schneider, afirmou que a entidade não participou da decisão.

“Ainda há entendimentos jurídicos divergentes sobre a preponderância do decreto em relação à convenção coletiva. Cada empresa tem sua autonomia, mas, a princípio, a recomendação que demos foi de que a convenção coletiva deve prevalecer”, afirmou Schneider.

O Shopping Vila Velha informou que foi comunicado pelo Carrefour sobre o funcionamento do hipermercado neste domingo, mas que liminar concedida pela Justiça em favor do sindicato dos trabalhadores impediu, de última hora, a abertura programada.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes do Espírito Santo, Jackson Andrade, negou que o sindicato tenha atuado na Justiça, mas enfatizou que, caso o Carrefour tenha convocado os trabalhadores, a entidade tomaria as medidas cabíveis.

Caravela abandonada será doada e reformada

Após decisão judicial, Caravela do Descobrimento será reformada para local sediar aulas de História do Espírito Santo

Kelly Kalle

Uma decisão judicial determinou que a Caravela do Descobrimento, que está abandonada desde 2011 na altura dos estaleiros da Glória, em Vila Velha, será destinada ao Instituto de Pesca e Atividades Náuticas do Brasil (Ipan-BR).

Com a definição, o instituto pretende iniciar o processo de recuperação da embarcação, que foi construída para ser um símbolo das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

A reforma depende de apoio e recurso financeiro, mas a expectativa do presidente do Ipan-BR, Nilton Coutinho, é que em fevereiro ela já esteja pronta para ser visitada, sendo local para aulas de História do Espírito Santo.

“Recebemos uma grande notícia. Nós construímos a caravela, fomos a Porto Seguro quando o Brasil fez 500 anos para comemorar, fizemos projetos, como o ‘Navegando na Educação’, contando a história do Estado para os jovens. Queremos que ela volte para o mar, pois foi feita para isso.”

Ele explicou que a Prefeitura de Vila Velha está buscando apoio da iniciativa privada para a retirada e restauração da embarcação, que deve ser feita na Prainha.

A promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Arlinda



COUTINHO: “Queremos que ela volte para o mar, pois foi feita para isso”

Monjardim, foi quem entrou com o pedido de extinção da fundação que mantinha a caravela, a “Descobrimdo o Espírito Santo”, em 2012, e entrou com o pedido na última semana para que a embarcação fosse destinada ao Ipan-BR.

“Nilton teve a ideia da caravela, ajudou a construir na época e é um entusiasta para que ela seja um meio de valorizar nossa cultura e

história. Vê-la abandonada é uma falta de respeito com a cultura. Meu sonho é ver a caravela novamente no mar, com as escolas fazendo projetos e aprendendo história nela.”

O juiz que deu a sentença em dois dias, na última sexta, após o pedido da promotora, foi Felipe Monteiro Morgado Horta, da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

ENTENDA O CASO

Processo na Justiça desde 2012

- ▶ O INSTITUTO Ecomaris solicitou, em 2012, ao Ministério Público Estadual (MP-ES) a doação da embarcação.
- ▶ O MP-ES REQUEREU, em 2012, a transferência da responsabilidade e cuidados da embarcação para o instituto. Também foi pedida a extinção da fundação que mantinha a caravela,

la, a “Descobrimdo o Espírito Santo”.
▶ AO FINAL do processo, em 2016, o juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública de Vitória não deu destinação para o patrimônio. Então o MP-ES recorreu da decisão, pedindo para que fosse dada uma destinação. O recurso foi aceito e a sentença de 1º grau foi anu-

lada pelo Tribunal de Justiça do Estado, que determinou que o processo fosse reiniciado. Na última semana, o MP-ES entrou com pedido para que a fundação fosse extinta e seus bens, como a caravela, destinados ao Instituto de Pesca e Atividades Náuticas do Brasil (Ipan-BR), o que ocorreu.



CARAVELA durante comemoração

AÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

OAB pede investigação de operação em bairro

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Espírito Santo (OAB-ES) protocolou ontem, no Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES), requerimento de apuração sobre o cometimento de crime de abuso de autoridade na operação policial realizada

quinta-feira, em Jesus de Nazareth, Vitória. Na oportunidade, foi expedido um mandado de busca coletivo e itinerante que permitiu às autoridades acesso a todas as residências do bairro. No requerimento protocolado no MP-ES, a Ordem

solicita apuração de ilegalidades na expedição do mandado, na afirmação de sua legalidade, no seu cumprimento e pede responsabilização para os autores do mesmo. De acordo com a OAB-ES, ao utilizar o mandado de busca coletivo, “à ação de inteligência preferiu-se o estardalhaço e a violação dos direitos constitucionais mais básicos”.

MARCELO PREST



Homero Mafra criticou a operação na quinta-feira

Cidades.

AGAZETA 10
DOMINGO, 20 DE AGOSTO DE 2017Macroeditor: Geraldo Nascimento | gnascimento@redgazeta.com.br
Editor Interino: Rhayan Lemes | rlemes@redgazeta.com.br
WhatsApp (27) 98135.8261 / Telefone: (27) 3321.8446
ATENDIMENTO AO ASSINANTE (27) 3321-8699

ESPECIAL

Graziella Real,
23 anos:
"Sempre fui
feminina"DE ALMA E
CORPO NA
PRÓPRIA
IDENTIDADE

FERNANDO MADEIRA

Elas e eles explicam o que é ser transexual ou transgênero

KATILAINE CHAGAS
kchagas@redgazeta.com.br

"A Kaká tá aí?", pergunto ao chegar à Associação das Paineiras de Goiabeiras, em Vitória. Paineiras e paineiros tentam me ajudar: "O Kaká tava aqui agorinha. Alguém sabe onde tá o Kaká?", perguntam entre si. Estranho o artigo "o" usado pelos colegas de trabalho dela, mas não comento nada.

Karla Vitória, a Kaká, 39 anos, é mulher trans, ou seja, pessoa que nasceu com a genitália masculina, mas que se identifica com o gênero feminino.

Ao finalmente encontrá-la, ela explica que, como os moradores já a conhecem há anos, não estão acostumados a tratá-la no feminino. "Não me incomoda. As minhas irmãs também me chamam de 'ele'. Já meus sobrinhos chamam de 'ela'. Eles até tentam corrigir as mães, mas digo pra deixar para lá", conta, resignada.

A situação na Associação das Paineiras é apenas um exemplo entre tantos acerca das dúvidas que o assunto gera. O tema, inclusive, chegou ao horário nobre da Rede Globo, com a personagem Ivana, da novela das

21h, "A Força do Querer".

Ela não se identificava com o próprio corpo e então percebeu que era uma pessoa transgênera ou transexual ou simplesmente trans: alguém que não se identifica com o gênero do seu sexo biológico, ou seja, com o seu órgão genital apresentado ao nascer. Não é necessário ter feito a cirurgia de redesignação sexual, popularmente conhecida como "mudança de sexo", para ser trans.

"Sempre fui feminina. Sempre soube que era diferente até descobrir que era trans", resume Graziella Real, 23.

RECONHECIMENTO

Na novela, a personagem Ivana se reconheceu homem trans - porque nasceu com a genitália feminina, mas se identifica com o gênero masculino.

É o mesmo caso do estudante de Biologia Carlos Eduardo Medeiros de Melo, o Kadu, 26 anos. "A minha essência sempre foi masculina. Eu só me descobri homem trans. A forma como as pessoas me viam, como uma menina, não era como eu me via."

Sua readequação de gê-



REDE GLOBO/DIVULGAÇÃO

Homem trans na novela

Sem se identificar com o próprio corpo, a personagem Ivana, interpretada pela atriz Carol Duarte na novela "A Força do Querer", reconheceu-se no gênero masculino.

nero começou em maio de 2016, quando iniciou a terapia com hormônio masculino e adquiriu características como barba.

Na novela, a mãe de Ivana reluta em reconhecer a identidade de gênero masculina da personagem, que já iniciou a travessia para o gênero que se reconhece, com tratamento hormonal.

FAMÍLIA

Na vida real, os relatos são diversos: vão da rejeição ou desconhecimento à

completa aceitação e apoio à transformação.

"Já fui muito desprezada dentro da família. Apanhei muito da minha irmã caçula. Não revidava para não apanhar da minha mãe, que também me batia muito", relembra Kaká, que se assumiu trans aos 13 anos, mesmo que na época não soubesse que esse era o termo correto. Hoje a relação com a família é boa e ela se diz orgulhosa que tanto a mãe quanto a irmã lhe pediram perdão.

Dragos não são consideradas travestis

Outra dúvida sobre o tema é em relação ao termo travesti, que na prática tem o mesmo significado que mulher trans. A militante do Movimento LGBT Deborah Sabará explica que travesti era usada para se referir às mulheres trans e que aca-

bou ganhando tom pejorativo. Há dúvidas também sobre drag queens. "Drag não é transgênero. São pessoas que se vestem do gênero oposto para fins artísticos, o que não é o caso de travestis e transexuais, que vivem o gênero 24h", diz.

Diferente da experiência de Kaká, a maquiadora Luna Bessa, 21, teve boa acolhida em casa: "Eles já estavam acostumados comigo. Quando contei para eles, minha mãe disse: 'Sempre soube que tinha mais de uma filha na família'. Eles me ajudaram em tudo", afirma.

CLASSIFICAÇÃO

Transexualidade ainda é considerada doença na Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial de Saúde (OMS), mas isso está em processo de mudança, diz a psicóloga Carolina Roseiro, vice-presidente do Conselho Regional de Psicologia.

Tanto que o Manual

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês) alterou a classificação para disforia de gênero. Antes era transtorno.

A psicóloga explica que disforia de gênero é o sentimento de ansiedade, inquietação e até depressão causados pela não identificação com o seu sexo biológico. "Esse sofrimento é causado pelo conflito com as expectativas sociais", completa, ressaltando que, por isso, o apoio da família é fundamental nesse processo.

Luna que o diga: "Eu tive sorte. Porque muitas param na rua. Se falassem mais sobre identidade de gênero e gênero, seria mais fácil".

“É muito difícil encontrar tratamento”



MARCELO PREIST

É o que diz a maquiadora Luna Bessa; atendimento no Estado é concentrado no Hospital das Clínicas

Luna Bessa, 21 anos, faz o tratamento hormonal por conta própria. “Procurei especialistas e não encontrei. É muito difícil para as trans encontrar tratamento, especialista, alguém disposto a ajudar”, conta. Hoje ela se hormoniza, como diz, a partir da orientação de outras amigas trans, como ela.

No Estado, o Ambulatório de Diversidade de Gênero (ADG), que funciona no Hospital das Clínicas (Hucam), é o único que faz atendimento a pessoas trans. Por mês, são recebidos 10 novos

pacientes. Ao todo, hoje, são atendidas 100 pessoas. É necessário ser maior de idade. São 12 profissionais em 10 especialidades: urologista, ginecologista, endocrinologista, psiquiatra, infectologista, cirurgião plástico, psicólogo, assistente social, enfermeiro e fonoaudiólogo.

“São profissionais do Hucam que separam parte da sua carga horária e trabalham aqui”, diz Léia Brotto, chefe de divisão de Gestão do Cuidado do Hucam.

“O psicólogo é para ajudar a se encontrar. O assistente social é para dar apoio junto à família e à sociedade”, completa Léia.

Um encontro é realizado na quarta quinta-feira de ca-

da mês, quando a pessoa trans relata suas necessidades e ouve o que o ambulatório pode oferecer. Do local, ele ou ela sai com consulta agendada com psicólogo e assistente social. “E sai com uma lista de exames a serem feitos na unidade de saúde mais próxima”, diz Léia.

Com os resultados, é marcada uma consulta com o endocrinologista, que vai fazer o acompanhamento e estipular a hormonização.

Léia explica os perigos de se tomar hormônios por conta própria. “Na maior parte das vezes, toma-se na dose errada. Pode atrapalhar o fígado, por exemplo.” Ela citou o caso de uma

AJUDA

“Procurei especialistas e não encontrei. É muito difícil para as trans encontrarem alguém disposto a ajudar”

LUNA BESSA
MAQUIADORA E MULHER TRANS

mulher trans que tomava uma dose tão alta que estava com dor de cabeça, no peito e com edemas ou inchaço.

CIRURGIA

O ambulatório é clínico. Ele não fornece os remé-

dios e nem está habilitado pelo SUS a realizar a cirurgia de redesignação sexual, para aqueles que assim desejarem. “Hoje o único cirurgião que faz está aposentado. Ele faz voluntariamente. Por isso o ambulatório não pode ser habilitado para cirurgia”, diz.

É o urologista Jhonson Gouveia o único médico que hoje faz a cirurgia no Estado. Ele realiza seis cirurgias por ano no Hucam, que recebe verba do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

A cirurgia é chamada de redesignação sexual ou transgenitalização ou redesignação de gênero. Ele

explica que, para o homem trans, a cirurgia é de retirada das mamas, dos ovários e do útero.

Para a mulher trans, são removidos os testículos e, na técnica usada por Jhonson, uma vagina é construída a partir do pênis.

Paralelo a isso, é feita a hormonização. Na mulher trans, é feita medicação para bloquear a testosterona, que é 90% produzida pelos testículos e 10% pela glândula suprarrenal. “E aplica-se estrogênio para ter formas femininas”, explica Jhonson.

“Para o homem trans, usa-se testosterona injetável, de preferência. Vão aparecer barba e pelos, a voz vai começar a engrossar e vai acontecer a hipertrofia do clitoris”, relata o urologista.

Ele confirma que faltam profissionais. “Aqui só eu que faço. É uma cirurgia que começa em centro universitário. Difícilmente se aprende fora disso. Aqui no Estado alguns residentes já se interessam. Mas é uma curva de aprendizado muito longa. Geralmente querem ganhar dinheiro logo. É um trabalho que você faz e não ganha nada”, afirma o urologista.

ENTREVISTA

“SOMOS SERES HUMANOS, SOMOS IGUAIS”

Tarso Brant
Ator e homem trans

O ator Tarso Brant, que serviu de inspiração para a autora da novela “A Força do Querer”, conta como foi seu reconhecimento como homem trans e sua transformação física.

Como e quando você se percebeu trans?

Desde criança percebia minha incomformidade com meu gênero biológico, me identificava mais com o sexo oposto. Nasci sendo menino. Aos 19, 20 anos, quando descobri que era possível mudar minha aparência, fui em frente.

Como foi na época da escola?

Apesar de ser fã de uma bagunça, na maior par-



te do tempo eu era bem reservado. Algumas vezes era apontado como a pessoa estranha da sala, por conta do meu estilo incomum, mas tinha amigos que me compreendiam e não teciam nenhum tipo de julgamento.

O que você diria para quem está no

processo de transição?

Ser essência é ser você mesmo. Ser trans não significa ser diferente. Você apenas optou por um caminho diferente do convencional. Acredite e tenha fé de que essa situação foi proposta para sua melhoria íntima. Somos seres humanos, somos iguais, mas depende de cada um trilhar seu próprio caminho para evolução. Busque desenvolver suas aptidões, hábitos saudáveis, estar em paz consigo mesmo, sem que críticas alheias lhe tirem o sossego de estar no processo de autoconhecimento.

VEJA NA WEB

www.gazetaonline.com.br

G **ÍTEGRA**
Confira a entrevista completa com o ator. leia.ag/tarso

ENTENDA

Identidade de gênero

É como a pessoa se percebe e se identifica. Ou seja, o gênero com o qual a pessoa se reconhece

Orientação sexual

Atração afetiva e sexual pelo outro. Pode ser heterossexual, bissexual ou homossexual

Sexo biológico

É o órgão genital que a pessoa apresenta no nascimento

Expressão de gênero

Como a pessoa demonstra seu gênero, na sua forma de agir, se vestir, se comportar e interagir

Pessoas cisgêneras

É quem se identifica com o mesmo gênero do nascimento

Pessoas transgêneras ou transexuais

É quem se identifica com gênero diferente do seu sexo biológico

Pessoas não binárias

Quem se percebe como de ambos ou de nenhum dos gêneros

Homem trans

Quem nasceu com genitália feminina, mas que se identifica com o gênero masculino. Usam-se também homem transsexual ou transexual masculino

Mulher trans

Pessoa que nasceu com a genitália masculina, mas que se identifica com o gênero feminino. Também são usados os termos mulher transsexual e transexual feminina

Mulher trans e travesti

Não há diferença conceitual entre os dois termos, que estão mais associados a como a pessoa se autoafirma; se prefere usar um ou outro termo

Trans e homossexualidade

Ser trans não significa necessariamente ser homossexual. Por exemplo, será considerado heterossexual um homem trans que direcione sua orientação afetiva e sexual para uma mulher

12 CIDADES

AGAZETA

DOMINGO, 20 DE AGOSTO DE 2017

ESPECIAL

CARLOS ALBERTO SILVA

NA JUSTIÇA, A LUTA PARA TER O NOME RECONHECIDO

Ausência de legislação dificulta mudanças em documentos

▲ KATILAINE CHAGAS
kchagas@redegazeta.com.br

A falta de legislação específica para tratar as demandas de mulheres e homens trans atrapalha e muito na reafirmação de direitos da população transgênera.

Na Defensoria Pública do Espírito Santo, as principais demandas que chegam são de pedidos para retificação de nome e de gênero nos registros oficiais de identificação.

"Hoje não temos uma lei que regulamente como deve ser feita a retificação. Hoje temos normativas em alguns órgãos que são apenas paliativas", diz o defensor público Douglas Admiral Louzada, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública.

No Estado, por exemplo, a Prefeitura de Vitória, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) já regulamentaram o uso do nome social, que é o nome pelo qual a pessoa se reconhece e é reconhecida pela sociedade. Ou seja, hoje, o avanço depende da boa

vontade de cada órgão.

Uma das consequências da falta de legislação específica é a demora nas decisões judiciais. Nos municípios da Grande Vitória, há nove Varas da Fazenda Pública, para onde são encaminhadas essas ações. "O tempo varia de acordo com cada Vara porque não há um tempo estipulado. Este ano tivemos uma ação fechada em sete meses. Mas há casos

sem sentença há dois anos", afirma o defensor público.

"Alguns juízes têm exigido relatório técnico de psicólogo ou assistente social. O movimento LGBT não concorda porque isso patologiza (transforma em doença). E há correntes entre os próprios profissionais que se recusam a dar esse laudo. Esse entendimento de que é doença já é ultrapassado", explica o defensor.

Para a Defensoria dar início aos pedidos de retificação, é solicitado à pessoa trans que demonstre amplamente que é conhecida por aquele nome e gênero, masculino ou feminino. "Pedimos alguma prova documental. Podem ser carteirinha de estudante, redes sociais ou testemunhas", explica o defensor.

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei João Nery (PL 5002/2013), de Érika Kokay (PT) e Jean Wyllys (PSOL), que reconhece o direito à identidade de gênero e que prevê que a retificação de nome e de gênero seja feita diretamente em cartório, sem precisar passar pela Justiça.

DIFICULDADE



"Hoje não temos uma lei que regulamente como deve ser feita a retificação de nome"

DOUGLAS LOUZADA
DEFENSOR PÚBLICO



O estudante Carlos Eduardo Medeiros de Melo: "A gente sente o preconceito"

"Mercado de trabalho não absorve essa população"

▲ O estudante de Biologia Carlos Eduardo Medeiros de Melo, 26, é homem trans e relata a dificuldade que é conseguir um emprego formal. "A gente sente o preconceito. Até o segundo antes de expor que era trans, eu estava apto para a vaga. A partir do momento que você fala, você perde a vaga", lembra Kadu, que hoje consegue ser uma exceção e trabalha como pesquisador do Instituto Jo-

nes dos Santos Neves (IJSN).

E essa situação é ainda mais cruel com as mulheres trans. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 90% das mulheres trans acabam se prostituindo por falta de oportunidade.

Militante do movimento LGBT, Deborah Sabará confirma as barreiras. "O mercado de trabalho não

absorve essa população. Quando olha para a travesti (ou mulher trans), imagina uma pessoa marginalizada", lamenta Deborah, que é presidente da Associação Gold, uma entidade sem fins lucrativos criada para promover a cidadania e defender os direitos da população LGBT capixaba.

"A Gold tem uma demanda muito grande de emprego. A gente não tem essa vazão", lamenta Deborah.

"Se alguém quiser criar uma parceria, temos currículos", acrescenta.

No Estado, cinco trans foram mortos este ano

▲ O Brasil é o país em todo o mundo em que mais se mata a população trans. As informações são da ONG Transgender Europe, considerando dados de 2008 a 2014. Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra),

115 homens e mulheres trans morreram, só este ano, no país. No Espírito Santo, cinco foram mortos e mortas em 2017.

"Todos estavam no serviço informal. Três eram pretas, três eram prostitutas. E dois eram meninos trans. Todos eles foram vítimas de

crime de ódio", afirma Deborah Sabará, presidente da Associação Gold, entidade que dá suporte à população LGBT do Estado.

"Nós passamos por um genocídio. Cento e quinze assassinatos no Brasil de janeiro até agora é muito para uma população peque-

na", completa Deborah.

Uma das vítimas é a travesti Layza Mello, que tinha 28 anos quando foi morta a tiros na madrugada do último dia 30 de abril, em Cobalândia, Vila Velha. Ela foi morta em uma esquina, em situação de vulnerabilidade, por

um homem, que fugiu após o assassinato.

ESTUPRO

A violência sexual também é realidade triste na vida de parte da população trans ou travestis.

Há casos também de homens trans (quem nasceu

com genitália feminina, mas se identifica com o gênero masculino) que são alvo do chamado "estupro corretivo". "Eles dizem que é para corrigir esse erro" (ser trans)", lamenta Kadu. "A violação acontece de várias formas. Muitas vezes, são pessoas próximas, primos, amigos, vizinhos", relata a presidente da Associação Gold.

De alma e corpo na própria identidade: da rejeição à aceitação

O assunto ganhou força nos últimos anos e chegou ao horário nobre com a novela 'A Força do Querer'

"A Kaká tá aí?", pergunto ao chegar à Associação das Paineiras de Goiabeiras, em Vitória. Paineiras e paineiros tentam me ajudar: "O Kaká tava aqui agorinha. Alguém sabe onde tá o Kaká?", perguntam entre si. Estranho o artigo "o" usado pelos colegas de trabalho dela, mas não comento nada.

Karla Vitória, a Kaká, 39 anos, é mulher trans, ou seja, pessoa que nasceu com a genitália masculina, mas que se identifica com o gênero feminino.

Ao finalmente encontrá-la, ela explica que, como os moradores já a conhecem há anos, não estão acostumados a tratá-la no feminino. "Não me incomoda. As minhas irmãs também me chamam de 'ele'. Já meus sobrinhos chamam de 'ela'. Eles até tentam corrigir as mães, mas digo para deixar para lá", conta, resignada.

A situação na Associação das Paineiras é apenas um exemplo entre tantos acerca das dúvidas que o assunto gera. O tema, inclusive, chegou ao horário nobre da Rede Globo, com a personagem Ivana, da novela das 21h, "A Força do Querer".

Ela não se identificava com o próprio corpo e então percebeu que era uma pessoa transgênera ou transexual ou simplesmente trans: alguém que não se identifica com o gênero do seu sexo biológico, ou seja, com o seu órgão genital apresentado ao nascer. Não é necessário ter feito cirurgia de redesignação sexual, popularmente conhecida como "mudança de sexo", para ser trans.

"Sempre fui feminina. Sempre soube que era diferente até descobrir que era trans", resume a capixaba Graziella Real, 23.

Reconhecimento

Na novela, a personagem Ivana se reconheceu homem trans – porque nasceu com a genitália feminina, mas se identifica com o gênero masculino.

É o mesmo caso do estudante de Biologia Carlos Eduardo Medeiros de Melo, o Kadu, 26 anos. "A minha essência sempre foi masculina. Eu só me descobri homem trans. A forma como as pessoas me viam, como uma menina, não era como eu me via."

Sua readequação de gênero começou em maio de 2016, quando iniciou a terapia com hormônio masculino e adquiriu características como barba.

Na novela, a mãe de Ivana reluta em reconhecer a identidade de gênero masculina da personagem, que já iniciou a travessia para o gênero que se reconhece, com tratamento hormonal.

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

<http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/de-alma-e-corpo-na-propria-identidade-da-rejeicao-a-aceitacao-1014091240.html>

Notícias**Ministério Público decreta portaria assegurando o uso do nome social**

Para acessar a matéria, clique no link abaixo:

http://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2017/08/ministerio-publico-decreta-portaria-assegurando-o-uso-do-nome-social-1014091216.html

OPERAÇÃO LAVA JATO

CITAÇÕES A CAPIXABAS
NÃO SAÍRAM DO LUGAR

Postos sob suspeita por delatores, políticos aguardam Justiça

NATALIA DEVENS
nosta@redgazeta.com.br

Quatro meses depois de terem sido citados em delações dos ex-executivos do Grupo Odebrecht Benedito Júnior e Sérgio Neves, políticos capixabas ainda estão com o futuro indefinido em relação às acusações de terem recebido recursos de caixa dois da empreiteira para suas campanhas eleitorais.

Os procedimentos tiveram, até hoje, pouco ou nenhum andamento. Estão sob acusações de delatores o senador Ricardo Ferraço (PSDB), o prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS), o ex-governador Renato Casagrande (PSB), o ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), o deputado estadual Rodrigo Coelho (PDT) e o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Carlos Castiglione (PT).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura de inquérito para apurar possíveis delitos desses seis políticos. Por enquanto, somente Ferraço é formalmente investigado, após autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

Desde 14 de junho o inquérito do senador está com a PGR. As diligências da Polícia Federal ainda não foram concluídas.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Os pedidos contra Luciano, Casagrande, Coelho e Castiglione precisam ser encaminhados por Fachin por meio de petições ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro, visto que prefeito e o deputado possuem foro em segunda instância. Como os casos eram conexos, uma mesma petição tratava de Luciano e Casagrande, e outra de Coelho e

Eles estão na lista

INVESTIGADO



Ricardo Ferraço (PSDB)
Senador

A abertura de inquérito foi determinada pelo ministro relator da Lava Jato, Edson Fachin, pela suspeita de caixa dois

ACUSAÇÃO O delator Sérgio Neves afirmou que, em 2010, Ferraço lhe pediu dinheiro para a campanha ao Senado pessoalmente. A Odebrecht teria atendido com R\$ 400 mil

NA JUSTIÇA

Teve petição para abertura de inquérito encaminhada para a Justiça Federal, no Espírito Santo



Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB)
Ex-prefeito de Vitória

ACUSAÇÃO Luiz Paulo teria pedido ajuda à Odebrecht para suas campanhas a governador em 2010 e a prefeito de Vitória em 2012. Os repasses somariam R\$ 500 mil

DELATADOS

Tiveram petição para abertura de inquérito encaminhada para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Os juízes que receberão o material decidirão se abrem ou não a investigação



Luciano Rezende (PPS)
Prefeito de Vitória

ACUSAÇÃO De acordo com o delator Sérgio Neves, a Odebrecht efetuou, a pedido de Casagrande, repasse de R\$ 500 mil para a campanha de Luciano a prefeito, em 2012



Renato Casagrande (PSB)
Ex-governador

ACUSAÇÃO O delator Sérgio Neves acusou o ex-governador de ter recebido um total de R\$ 2,3 milhões nas eleições de 2010 e 2012, via caixa dois. Desse valor, R\$ 1,8 milhão teriam sido para a própria campanha ao governo, em 2010



Carlos Castiglione (PT) e Rodrigo Coelho (PDT)
Ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e deputado estadual

ACUSAÇÃO O ex-diretor regional da Odebrecht Renato Amaury Medeiros diz ter intermediado repasses de R\$ 640 mil, entre 2013 e 2014, a Castiglione, que era prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, e o destino seria a campanha de Rodrigo, então no PT, a deputado estadual em 2014

NO CALENDÁRIO

11/04

foi a data dos pedidos
Nesse dia, o STF divulgou as decisões de pedido de abertura de inquérito contra políticos.

4

meses paradas

É o tempo que já passou desde que as petições foram publicadas. Contudo, algumas ainda não foram encaminhadas.

Castiglione.

Entretanto, de acordo com o TRF2, até o momento, o gabinete do desembargador federal Abel Gomes, relator em segundo grau dos processos da Lava Jato, não recebeu qualquer ofício do STF envolvendo os nomes dos capixabas.

A Corte ressaltou que ao tribunal é feito apenas um comunicado do encaminhamento, e que o inquérito vai para a Procuradoria Regional da República (PRR), que decide por pedir ou não ao juiz o arquivamento ou o prosseguimento de investigação. Em seguida, a Justiça tem que acolher a decisão. A PRR também afirmou ainda não ter recebido nada.

Já a petição para abertura de inquérito contra Luiz Paulo chegou à Justiça Federal, em Vitória, já passou pela análise do Ministério Público Federal (MPF), e agora está nas mãos do Ministério Público Estadual.

No início deste mês, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) arquivou o procedimento referente ao governador Paulo Hartung (PMDB), que também havia sido citado.

CARLOS ALBERTO SILVA - 12/12/2014

NA MIRA DA ODEBRECHT

Ex-governador não acredita em desfecho rápido

Acusado de pedir caixa dois dentro da sede do governo, Casagrande reafirma que é inocente

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

O ex-governador Renato Casagrande (PSB) acredita que as acusações feitas pelos delatores da Odebrecht, que resultaram em 337 pedidos de investigação pela Procuradoria-Geral da República, ainda devem demorar a ser esclarecidas. Ao todo, 415 políticos de 26 partidos apareceram nas delações.

“O Tribunal Regional Federal deve estar sobrecarregado de tarefas. Tenho certeza que assim que se debruçarem nos processos, tudo ficará esclarecido. A PGR não abriu nenhum procedimento ainda, está até sem numeração. A Justiça e o Ministério Público não atuaram o processo”, explicou.

Casagrande foi acusado pelo ex-superinten-

dente da Odebrecht em Minas Gerais Sérgio Neves de ter recebido R\$ 1,8 milhão em 2010 para disputar o governo do Estado, e posteriormente R\$ 500 mil, em 2012, para a campanha de Luciano Rezende (PPS) a prefeito.

“Mantenho o que já esclareci. Não nego que tenham acontecido encontros com ele, pois até então a legislação permitia as doações por empresas. Mas não solicitei valores, e nem que fosse por via ilegal”, disse.

EXPECTATIVA

“Não existe nada ainda, a não ser a delação. Tenho certeza que, assim que se debruçarem, tudo ficará esclarecido”

RENATO CASAGRANDE (PSB) EX-GOVERNADOR

O socialista também negou ter feito ofertas de contrapartida em obras do Estado e que tenha tratado de assuntos de campanha na sede do Palácio Anchieta, conforme foi dito por Neves em delação.

Já Luciano Rezende reafirmou, por meio da assessoria, que não há nenhuma fundamentação no caso.

“Todas as suas contas eleitorais foram aprovadas sem ressalvas pela Justiça. Ademais, ele nunca teve qualquer tipo de contato direto ou indireto com representantes dessa empresa, assim como a Prefeitura de Vitória não tem ou teve nenhuma relação ou obra com essa empresa durante a gestão atual”, afirmou.

O prefeito acrescentou que deseja que haja a maior celeridade possível, tendo em vista o “necessário desfecho dos fatos”.



Renato Casagrande fala em sobrecarga no TRF2, o que atrasa procedimentos

Luiz Paulo está sendo investigado pela PF

JALDECY PEREIRA/PMV

▲ O caso do ex-prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) foi um dos poucos que já passou por uma verdadeira peregrinação entre os órgãos.

Em delações, executivos da Odebrecht contaram que Luiz Paulo teria pedido ajuda à empresa para suas campanhas a governador em 2010 e a prefeito de Vitória em 2012, garantindo repasses que somariam R\$ 500 mil.

Após ter sido remetido pelo ministro Fachin à Justiça Federal no Espírito Santo – visto que o tucano não possui prerrogativa de foro – o pedido de abertura de inquérito foi avaliado pelo Ministério Público Federal (MPF), em junho.

Na sequência, a Procuradoria considerou que não havia mais possibilidade de abrir processo cível-eleitoral, pela acusação de caixa dois, e despachou o caso para o Ministério Público Estadual



Luiz Paulo terá que dar esclarecimentos à PF



Castiglione afirma que nada tem a declarar

(MPES) avaliar possíveis ações no âmbito criminal.

No órgão, o caso foi para a Promotoria Eleitoral da 52ª Zona, que requisitou à

Polícia Federal a instauração de Inquérito Policial.

O advogado de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff, afirmou que até agora não foi pedida nenhuma manifestação à defesa. Com o andamento dos trâmites internos, ele deve ser intimado para prestar depoimento.

“Ele não tem nenhum pagamento que não tenha sido declarado, tem tranquilidade nisso”, disse.

Carlos Castiglione (PT) também disse estar aguardando os andamentos. “Não fui intimado a fazer nenhum tipo de manifestação. Não tem nenhuma nova consideração a fazer”. O deputado Rodrigo Coelho (PDT) não foi localizado para comentar o assunto.

Há ainda oito capixabas que apareceram em planilhas de caixa dois da Odebrecht, mas contra os quais não houve nem sequer pedido de investigação.

Único oficialmente investigado, Ferrazo critica demora da PGR

ROQUE DE SÁ/SENADO

▲ O senador Ricardo Ferrazo (PSDB) criticou a demora da Procuradoria-Geral da República (PGR) nesta primeira análise do caso, após pedido de abertura de investigação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele só irá virar réu, se ao final do procedimento o Ministério Público o denunciar.

“Na prática, não teve nenhuma evolução mais concreta. Continuo aguardando pronunciamento deles. O órgão ainda está procedendo as investigações, mas ainda sem conclusão”, descreveu.

Ferrazo chegou a enviar ao STF e à PGR um pedido para “abrir mão” do foro privilegiado, que possui



Ferrazo pediu à PGR que perca o foro privilegiado

devido ao cargo, acreditando que em primeira instância o processo andaria mais rápido. Contudo, os órgãos ainda não se manifestaram sobre o pedido.

“Votei pelo fim do foro

aqui no Senado, e o que fiz foi ajustar o discurso à prática. Os processos têm demorado muito no Supremo, e enquanto isso, ficamos submetidos a circunstâncias da dúvida”.

Lava Jato: citações a capixabas não saíram do lugar

Colocados sob suspeita por delatores, políticos aguardam Justiça

Quatro meses depois de terem sido citados em delações dos ex-executivos do Grupo Odebrecht Benedicto Júnior e Sérgio Neves, políticos capixabas ainda estão com o futuro indefinido em relação às acusações de terem recebido recursos de caixa dois da empreiteira para suas campanhas eleitorais.

Os procedimentos tiveram, até hoje, pouco ou nenhum andamento. Estão sob acusações de delatores o senador Ricardo Ferraço (PSDB), o prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS), o ex-governador Renato Casagrande (PSB), o ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB), o deputado estadual Rodrigo Coelho (PDT) e o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Carlos Casteglione (PT).

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura de inquérito para apurar possíveis delitos desses seis políticos. Por enquanto, somente Ferraço é formalmente investigado, após autorização do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin.

Desde 14 de junho o inquérito do senador está com a PGR. As diligências da Polícia Federal ainda não foram concluídas.

Segunda instância

Os pedidos contra Luciano, Casagrande, Coelho e Casteglione precisam ser encaminhados por Fachin por meio de petições ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), no Rio de Janeiro, visto que prefeito e o deputado possuem foro em segunda instância. Como os casos eram conexos, uma mesma petição tratava de Luciano e Casagrande, e outra de Coelho e Casteglione.

Entretanto, de acordo com o TRF2, até o momento, o gabinete do desembargador federal Abel Gomes, relator em segundo grau dos processos da Lava Jato, não recebeu qualquer ofício do STF envolvendo os nomes dos capixabas.

A Corte ressaltou que ao tribunal é feito apenas um comunicado do encaminhamento, e que o inquérito vai para a Procuradoria Regional da República (PRR), que decide por pedir ou não ao juiz o arquivamento ou o prosseguimento de investigação. Em seguida, a Justiça tem que acolher a decisão. A PRR também afirmou ainda não ter recebido nada.

Já a petição para abertura de inquérito contra Luiz Paulo chegou à Justiça Federal, em Vitória, já passou pela análise do Ministério Público Federal (MPF), e agora está nas mãos do Ministério Público Estadual.

No início deste mês, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) arquivou o procedimento referente ao governador Paulo Hartung (PMDB), que também havia sido citado.

Luiz Paulo está sendo investigado pela PF

O caso do ex-prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) foi um dos poucos que já passou por uma verdadeira peregrinação entre os órgãos.

Em delações, executivos da Odebrecht contaram que Luiz Paulo teria pedido ajuda à empresa para suas campanhas a governador em 2010 e a prefeito de Vitória em 2012, garantindo repasses que somariam R\$ 500 mil.

Após ter sido remetido pelo ministro Fachin à Justiça Federal no Espírito Santo – visto que o tucano não possui prerrogativa de foro – o pedido de abertura de inquérito foi avaliado pelo Ministério Público Federal (MPF), em junho.

Na sequência, a Procuradoria considerou que não havia mais possibilidade de abrir processo cível-eleitoral, pela acusação de caixa dois, e despachou o caso para o Ministério Público Estadual (MPES) avaliar possíveis ações no âmbito criminal.

No órgão, o caso foi para a Promotoria Eleitoral da 52ª Zona, que requisitou à Polícia Federal a instauração de

Inquérito Policial.

O advogado de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff, afirmou que até agora não foi pedida nenhuma manifestação à defesa. Com o andamento dos trâmites internos, ele deve ser intimado para prestar depoimento.

“Ele não tem nenhum pagamento que não tenha sido declarado, tem tranquilidade nisso”, disse.

Carlos Casteglione (PT) também disse estar aguardando os andamentos. “Não fui intimado a fazer nenhum tipo de manifestação. Não tem nenhuma nova consideração a fazer”. O deputado Rodrigo Coelho (PDT) não foi localizado para comentar o assunto.

Há ainda oito capixabas que apareceram em planilhas de caixa dois da Odebrecht, mas contra os quais não houve nem sequer pedido de investigação.

Único oficialmente investigado, Ferraço critica demora da PGR

O senador Ricardo Ferraço (PSDB) criticou a demora da Procuradoria-Geral da República (PGR) nesta primeira análise do caso, após pedido de abertura de investigação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele só irá virar réu, se ao final do procedimento o Ministério Público o denunciar.

“Na prática, não teve nenhuma evolução mais concreta. Continuo aguardando pronunciamento deles. O órgão ainda está procedendo as investigações, mas ainda sem conclusão”, descreveu.

Ferraço chegou a enviar ao STF e à PGR um pedido para “abrir mão” do foro privilegiado, que possui devido ao cargo, acreditando que em primeira instância o processo andaria mais rápido. Contudo, os órgãos ainda não se manifestaram sobre o pedido.

“Votei pelo fim do foro aqui no Senado, e o que fiz foi ajustar o discurso à prática. Os processos têm demorado muito no Supremo, e enquanto isso, ficamos submetidos a circunstancial da dúvida”.

Ex-governador não acredita em desfecho rápido

O ex-governador Renato Casagrande (PSB) acredita que as acusações feitas pelos delatores da Odebrecht, que resultaram em 337 pedidos de investigação pela Procuradoria-Geral da República, ainda devem demorar a ser esclarecidas. Ao todo, 415 políticos de 26 partidos apareceram nas delações.

“O Tribunal Regional Federal deve estar sobrecarregado de tarefas. Tenho certeza que assim que se debruçarem no processos, tudo ficará esclarecido. A PGR não abriu nenhum procedimento ainda, está até sem numeração. A Justiça e o Ministério Público não autuaram o processo”, explicou.

Casagrande foi acusado pelo ex-superintendente da Odebrecht em Minas Gerais Sérgio Neves de ter recebido R\$ 1,8 milhão em 2010 para disputar o governo do Estado, e posteriormente R\$ 500 mil, em 2012, para a campanha de Luciano Rezende (PPS) a prefeito.

“Mantenho o que já esclareci. Não nego que tenham acontecido encontros com ele, pois até então a legislação permitia as doações por empresas. Mas não solicitei valores, e nem que fosse por via ilegal”, disse.

O socialista também negou ter feito ofertas de contrapartida em obras do Estado e que tenha tratado de assuntos de campanha na sede do Palácio Anchieta, conforme foi dito por Neves em delação.

Já Luciano Rezende reafirmou, por meio da assessoria, que não há nenhuma fundamentação no caso.

“Todas as suas contas eleitorais foram aprovadas sem ressalvas pela Justiça. Ademais, ele nunca teve qualquer tipo de contato direto ou indireto com representantes dessa empresa, assim como a Prefeitura de Vitória não tem ou teve nenhuma relação ou obra com essa empresa durante a gestão atual”, afirmou.

O prefeito acrescentou que deseja que haja a maior celeridade possível, tendo em vista o “necessário desfecho dos fatos”.

NOVE ANOS DEPOIS

Preso dono de carro que atropelou jovem em posto

» Foi preso na manhã de ontem Maurício Joviniano Brotto Soneghet, 43 anos, condenado pelo atropelamento do jovem Rodrigo Lopes de Marcelos, de 20 anos, em um posto de gasolina, em Itaparica, Vila Velha. O caso aconteceu em agosto de 2008.

Maurício foi condenado por homicídio em julho de 2014 a seis anos de reclusão no regime semiaberto. Ele era o proprietário do veículo causador do acidente e estava no carona no momento do atropelamento. Gabriela Bernardino dos Santos, que dirigia o veículo, sem carteira de habilita-

FERNANDO MADEIRA/ARQUIVO



Maurício foi preso no trabalho, na Serra-Sede

ção e alcoolizada, também foi condenada pelo crime.

O mandado de prisão

contra Maurício foi expedido em abril deste ano. Ontem, equipes da Superintendência de Polícia Prisional e Polinter o encontraram no trabalho em Serra Sede. Ele não resistiu à prisão. Gabriela foi condenada a oito anos de prisão e foi presa em fevereiro de 2016.

O acidente aconteceu em 20 de agosto de 2008, por volta das 5h, quando Rodrigo foi atingido pelo veículo conduzido por Gabriela, quando ela tentou fazer uma manobra conhecida como "cavalo-de-pau". O jovem chegou a ser arrastado por cerca de seis metros e foi prensado entre outros dois carros. O carro pertencia a Maurício. Eles haviam comprado cervejas no posto.

Nove anos depois do acidente, dono do carro que atropelou e matou jovem é preso

Maurício foi condenado por homicídio em julho de 2014 a seis anos anos de reclusão no regime semi-aberto

Foi preso na manhã desta sexta-feira (18) Maurício Joviniano Brotto Soneghet, 43 anos, condenado pelo atropelamento do jovem Rodrigo Lopes, de 20 anos, em um posto de gasolina, em Itaparica, Vila Velha. O caso aconteceu em agosto de 2008.

Maurício foi condenado por homicídio em julho de 2014 a seis anos anos de reclusão no regime semi-aberto. Ele era o proprietário do veículo causador do acidente e estava no carona no momento do atropelamento. Gabriela Bernardino dos Santos, que dirigia o veículo, sem carteira de habilitação e alcoolizada, também foi condenada pelo crime.

O mandado de prisão contra Maurício foi expedido em abril deste ano. Nesta sexta-feira (18), equipes da Superintendência de Polícia Prisional e Polinter o encontraram no trabalho em Serra Sede. Ele não resistiu à prisão. Gabriela foi condenada a oito anos de prisão e foi presa em fevereiro de 2016.

O CASO

O acidente aconteceu em 20 de agosto de 2008, por volta das 5h, quando Rodrigo estava em um posto de combustíveis, em Vila Velha com um amigo. Ele foi atingido pelo veículo conduzido por Gabriela, quando ela tentou fazer uma manobra conhecida como “cavalo-de-pau”.

Depois de atropelado, o jovem chegou a ser arrastado por cerca de seis metros e foi prensado entre outros dois carros. Rodrigo foi socorrido, mas morreu ao dar entrada no Hospital Santa Mônica. Gabriela fugiu do local a pé.

O carro pertencia a Maurício, que estava no banco do carona no momento do acidente. Ele tinha conhecido Gabriela há apenas uma semana em numa sala de bate-papo, na internet. Antes da tragédia, os dois estiveram em um restaurante, na Praia da Costa. Lá já tinham ingerido bebidas alcoólicas. No posto, compraram várias cervejas. Gabriela não tinha carteira de motorista.

IRREGULARIDADES

MPF investiga denúncia sobre grupo Itapemirim

MPE encaminhou os processos contra a família Cola para a instância federal

▲ **LUÍSA TORRE**
ltorre@redgazeta.com.br

Uma investigação de crimes contra a ordem tributária, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, falsidade ideológica e até caixa 2 contra a família Cola, ex-dona da Viação Itapemirim, foi enviada pelo Ministério Público Estadual (MPE) ao Ministério Público Federal. Para o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), os crimes praticados devem ser avaliados na instância federal.

A informação foi divulgada pelo gestor jurídico do Grupo Itapemirim, Gustavo

Bayerl. A divulgação acontece dois meses após A GAZETA publicar reportagem em que o fundador da empresa, Camilo Cola, se diz vítima de um golpe aplicado pelos atuais sócios, que reafirmaram as denúncias.

Na investigação em curso, os promotores afirmam que a linha principal de investigação é de que o repasse das principais linhas da Itapemirim à Viação Kaissara foi feita de forma fraudulenta, um "embuste para dissimular os recursos provenientes de sonegação, fraudes a direitos trabalhistas, entre outros ilícitos", já que os sócios da época, membros da família, controlavam a empresa cujos donos, segundo o Gaeco, eram "laranjas" e funcionários de longa

data do Grupo Itapemirim.

Com dívidas de R\$ 336,49 milhões e de R\$ 1 bilhão em tributos, em março de 2016, a Viação Itapemirim entrou em recuperação judicial. Em novembro, a empresa foi vendida pela família Cola a um grupo empresarial de São Paulo, deixando a Kaissara de fora. Em dezembro, o juiz Paulino José Lourenço, da 13ª Vara Cível de Vitória, observou "desvio de patrimônio" na operação

com a Kaissara e a colocou sob gestão dos novos sócios da Itapemirim, Camila Valdivia e Sidnei Piva.

Os promotores do MPE ainda pontuam que novos documentos enviados pelo juízo da recuperação judicial indicam que há "robustos indícios de evasão de divisas e lavagem de dinheiro", além da prática de caixa 2 nas campanhas eleitorais de 2010 e 2012.

O MPF-ES informou que recebeu o inquérito e encaminhou à Polícia Federal para investigação. A PF foi procurada, mas retornou até o fechamento da edição. Há outro inquérito que investiga remessa de divisas ao exterior contra membros da família Cola na PF. O atual presidente da Itapemirim, Sid-



BERNARDO COUTINHO/ARQUIVO

Ônibus da Itapemirim parados na garagem da empresa

nei Piva, afirmou que a notícia traz tranquilidade à empresa e que considera o momento um "recomeço".

Andréa Cola, filha do ex-presidente da Itapemirim Camilo Cola Filho, ressaltou que as acusações são infundadas. "Não há nada decidi-

do, é apenas investigação. Quando isso chegar à Justiça, vai ficar provado que não é verdade. Enquanto isso, os sócios atuais estão detonando o patrimônio da empresa. A realidade é que eles não pagam ninguém e levam a empresa para o buraco".

DEVENDO

R\$ 336

milhões

Era o valor da dívida da Itapemirim, em 2016.

Justiça desiste de meta para julgar crimes contra a vida

Apenas 10,9% das ações abertas até 2012 foram julgadas; plano previa análise de 80%

Até nos crimes mais graves, como homicídio, feminicídio e outros delitos dolosos contra a vida, a morosidade da Justiça brasileira impressiona. Nada menos que 64,5 mil processos do tipo, que chegaram ao Judiciário até 2012, permanecem sem julgamento. Diminuir o estoque dessas ações antigas era uma meta, parte da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), uma articulação firmada em 2010 por diferentes órgãos no combate à violência letal. No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já não trata mais a eliminação deste passivo como um objetivo a ser alcançado, limitando-se apenas a monitorar as ações.

No que diz respeito à Enasp, a gestão da ministra Cármen Lúcia como presidente do CNJ repetiu a prática inaugurada por seu antecessor, ministro Ricardo Lewandowski: preferiu dar ênfase ao programa de audiências de custódia. Em 2016, Lewandowski não renovou a última meta de julgamento de casos dolosos contra a vida, que havia sido firmada para cumprimento em 2015, de julgar 80% dos processos antigos de homicídio selecionados à época. Cármen Lúcia também não estabeleceu um objetivo para 2017, mas o monitoramento continua no “processômetro”, instrumento mantido pelo CNJ para avaliar o avanço dos estados nos julgamentos. E as notícias não são boas.

Apenas 10,9% do estoque inicial de 72,4 mil ações penais por crimes dolosos contra a vida, iniciadas até 2012, foram julgadas. O avanço é tímido, considerando que o prazo de monitoramento se encerra em outubro deste ano.

Procurado, o CNJ apenas confirmou os dados do “processômetro” pesquisados pelo GLOBO, informou que a meta não foi renovada para 2017, mas não disponibilizou ninguém para falar sobre a Enasp. Especialistas ouvidos pela reportagem fizeram um diagnóstico das causas do passivo nas varas criminais para além da falta de estrutura e de pessoal.

Para o jurista Luiz Flávio Gomes, doutor em direito penal, que foi promotor e juiz, o estoque de processos antigos é resultado, em parte, do aumento de prisões em flagrante, que têm prioridade na lista do juiz. Ele aponta consequências catastróficas para o sistema de justiça:

— A prioridade é atender ao processo do réu preso, que vai ser solto se não houver uma decisão. E hoje se prende muito em flagrante. O resultado final disso é que os processos antigos vão prescrevendo. E a prescrição é a ineficiência, a ineficácia, a pior coisa para a Justiça.

Um processo penal “antiquado” também está entre as razões da lentidão crônica, afirma Gomes. Para ele, parecido com o que ocorre na Lava-Jato com as delações premiadas e exatamente o que países como os Estados Unidos fazem, o acordo entre réu e Ministério Público, desde que homologado pela Justiça, deveria existir nos tribunais do júri, que julgam os crimes contra a vida.

“Não havendo acordo, o tribunal do júri julgaria normalmente, mas é preciso abrir a possibilidade do acordo entre MP e defesa”, defende o jurista.

Para Jayme Martins de Oliveira Neto, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o processo “extremamente formal e um tanto burocratizado” do tribunal do júri acaba demandando mais tempo para o julgamento:

— Num processo penal comum, vai se repetir uma vez o que foi feito na fase do inquérito policial, como ouvir testemunhas, apresentar provas. Quando vai a júri popular, isso acontecerá duas vezes, na fase

instrutória e no próprio júri.

Para Martins, é preciso aproveitar a discussão no Congresso Nacional do Novo Código de Processo Penal para inserir dispositivos que modernizem a Justiça e confirmem celeridade aos julgamentos.

— É possível garantir o direito à ampla defesa, ao contraditório, a recursos sem ser excessivo, porque o excesso de recursos, tal como é hoje, gera impunidade.

O presidente da AMB também aponta a escalada da violência, conjugada com a melhoria da capacidade de investigação que leva a maiores taxas de denúncias por parte do Ministério Público, como um fator que também contribui para a demanda nos tribunais:

— Numa ponta melhora, que é a investigação e a denúncia, e acaba refletindo na outra, que é o Judiciário com falta de juízes, de servidores, dentro de uma estrutura aquém do necessário, embora muitas soluções tecnológicas e esforço pessoal venham melhorando a produtividade dos tribunais.

Segundo os números mais recentes, Mato Grosso do Sul tem a melhor performance até agora, apesar de baixa: julgou 48,4% do estoque de processos antigos que tinha. Em seguida vêm Rondônia e Paraíba, com 35,7% e 28,2%, respectivamente. No outro extremo, estão Piauí, com 2,8%, Ceará, com 3,5% e Bahia, com 4,3% do passivo julgado.

Rio está abaixo da média nacional

O Rio de Janeiro está abaixo da média nacional, tendo julgado apenas 10,4% do estoque que lhe cabe, segundo os dados do CNJ. O Tribunal de Justiça do Rio informou, ao ser procurado, que o número não está correto, mas que só teria condições de fazer um levantamento mais preciso nesta semana, portanto após o fechamento da edição. Do passivo inicial no país, continuam em tramitação 64,5 mil ações penais sem que tenha havido decisão.

A Enasp começou em 2010 com a articulação do Ministério da Justiça, CNJ e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Metas foram estabelecidas e eram renovadas, com foco em homicídios. Vários bancos de dados e diagnósticos foram construídos, a exemplo do “processômetro”, mas desde 2015 a política vem se desintegrando, em meio à escalada da violência. O Ministério da Justiça foi procurado ao longo da semana passada para falar sobre a Enasp, mas não deu qualquer retorno.

O CNMP mudou o foco da Enasp. Em vez de monitorar a evolução das investigações policiais de homicídios, por meio do “inqueritômetro” implantado no início da política, o alvo agora são os feminicídios, que também são crimes contra a vida só que mais específicos. Um cadastro nacional de violência doméstica já está funcionando com o monitoramento dos inquéritos relacionados a esse crime, mas nem todos os estados o alimentam ainda.

O procurador da República Mauricio Andreiuolo, membro auxiliar da Enasp no CNMP, diz que o “inqueritômetro” de homicídios se encerrou em 2015, quando a meta era contabilizar inquéritos iniciados até de 2010. A antiguidade do estoque foi considerada um empecilho para dar ênfase aos procedimentos atuais:

— Um acervo tão retroativo não estava comprometido com o tempo presente. Como a nossa capacidade de monitorar e induzir é limitada, optamos por focar o feminicídio, que também é um crime grave, relativamente novo na sua tipificação e que precisa de atenção.

Agente penitenciário que atirou na mulher grávida é demitido

Na época, o bebê precisou ser retirado em uma cirurgia de emergência. A criança - uma menina - ficou um tempo internada em estado grave, mas acabou morrendo

O agente penitenciário Rafael Zardo Neto, 34 anos, que ficou seis meses preso após atirar contra a barriga da própria mulher grávida dentro de um carro, teve sua demissão publicada no Diário Oficial do Estado (Dio-ES) desta segunda-feira (21). Além da demissão, Rafael fica impedido de assumir cargo ou função pública estadual por um período de cinco anos.

No dia 11 de julho, Rafael saiu da cadeia nesta terça-feira (11). A expedição de alvará de soltura foi divulgada no site do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

O crime aconteceu dentro do carro do casal, por volta das 5 horas de um domingo, no dia 8 de janeiro, em Vila Velha. Os dois retornavam de um show, em Guarapari.

De acordo com Rafael Zardo Neto, o tiro foi acidental. Mas a companheira dele, uma empresária de 23 anos, negou essa versão e afirmou a policiais civis que o marido atirou nela durante uma discussão dentro do carro.

O casal estava dentro de um Kia Cerato prata, passando pela Rodovia do Sol. Nas proximidades do bairro Ponta da Fruta, em Vila Velha, Rafael sacou a arma e atingiu a companheira na lateral da barriga.

Rafael socorreu a mulher e a levou ao hospital Santa Mônica, em Itaparica, de onde ela foi transferida para o Jayme Santos Neves, na Serra, em estado grave. Na época, o bebê precisou ser retirado em uma cirurgia de emergência. A criança – uma menina – ficou um tempo internada em estado grave, mas acabou morrendo.

Depois de socorrê-la, o agente penitenciário foi encaminhado para a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), onde prestou depoimento.

Informalmente, o agente penitenciário disse à delegada de plantão que teria sacado a arma após imaginar estar sendo seguido por outro veículo. O motivo da perseguição seria uma suposta confusão ocorrida ainda no show.

Ele também disse ter imaginado que poderia estar sendo abordado em um assalto. Ao revidar, teria atingido a companheira por acidente.

Mas, após passar por cirurgia no Jayme Santos Neves, a companheira de Rafael Zardo Neto conversou com policiais da DHPP e desmentiu a versão apresentada por ele à delegada de plantão.

Segundo a vítima, o disparo não foi acidental, mas efetuado intencionalmente pelo agente penitenciário durante uma briga que os dois tiveram dentro do veículo, quando voltavam do show em Guarapari.

Na tomada formal do depoimento, o agente penitenciário preferiu ficar em silêncio. Na ocasião, ele foi autuado por tentativa de homicídio, por dolo eventual (femicídio), embriaguez ao volante e posse de drogas. Depois, foi encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV).

Homem é preso por abusar sexualmente de neta dos patrões em Vitória

Jadir dos Santos Ferreira, 52 anos, diz que se arrepende do que fez e que a menina queria ser molestada

Um comerciante se aproveitou da confiança de 14 anos trabalhando no comércio de uma família para abusar sexualmente por três anos de uma menina, em Vitória. A criança, neta dos donos da mercearia onde o suspeito trabalhava, começou a ser molestada aos quatro anos e o sofrimento só teve fim quando, aos 7 anos, o crime foi flagrado e levado à delegacia.

Nesta sexta-feira (18), o comerciante acusado do crime, um homem de 52 anos, foi preso no trabalho pela equipe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) por mandado de prisão preventiva pelo crime de estupro.

“Os abusos só foram descobertos quando a madrasta da criança flagrou um dos crimes. A família ficou chocada e revoltada com a situação e procurou a polícia. A orientação foi que mantivesse o suspeito como empregado do comércio da família enquanto durassem as investigações”, observou o delegado da DPCA, Lorenzo Pazolini.

O criminoso abusava da menina, segundo as investigações, dentro do comércio da família e também na casa dos avós dela, no segundo andar do estabelecimento. Ele tinha acesso livre à casa, por ser uma pessoa de confiança até então, e também detinha muitas responsabilidades na mercearia.

Em depoimento, a criança descreve com riqueza de detalhes os abusos. A denúncia foi feita em julho deste ano e a Justiça concedeu o mandado de prisão.

Em entrevista, o criminoso disse que a criança era quem pedia para que ele a tocasse. “Tô envergonhado de estar aqui. Estou preso porque cometi um erro e tenho que pagar. Nunca pensei que ia dar numa coisa dessas, eu só brincava com essa menina”, disse o criminoso.

Jadir foi indiciado por estupro de vulnerável e encaminhado para o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Viana. O prefeito acrescentou que deseja que haja a maior celeridade possível, tendo em vista o “necessário desfecho dos fatos”.

Bacharel que espancou faxineira teve ‘surto psicótico’, aponta laudo

Segundo o documento, o uso prolongado de drogas e psicose fizeram com que ele não tivesse “capacidade de entendimento e determinação” na hora da agressão

O bacharel em Direito Bertrand Aron Franceschi, 32 anos, estava “mentalmente perturbado” quando espancou uma faxineira dentro de um prédio na Praia do Canto, em Vitória. É o que concluiu o laudo psiquiátrico de um perito designado pela Justiça. Segundo o documento, Bertrand sofreu de transtornos mentais e comportamentais devido ao uso contínuo por anos de múltiplas drogas além de uma “psicose pós-ictal”, ou seja, após uma crise convulsiva.

“Devido a esses transtornos, tanto sua capacidade de entendimento quanto a de autodeterminação estavam abolidas na época do delito”, escreveu o perito na conclusão do laudo.

O exame foi pedido pela Justiça após a defesa de Bertrand alegar insanidade mental do cliente.

O médico afirma ainda que o agressor não tem histórico de problemas mentais e que a perturbação aconteceu momentaneamente devido ao uso prolongado e intenso de drogas combinado a delírios de paranoia que são consequência da crise convulsiva. Esses dois fatores fizeram com que ele não tivesse “capacidade de entendimento e determinação” no momento que agrediu a faxineira.

USO DE DROGAS

Bertrand relatou ao médico perito que começou a usar drogas ainda na adolescência. No entanto, foi aos 26 anos que ele afirma ter perdido o controle, consumindo maconha e cocaína todos os dias. Dos 26 aos 31 anos, o bacharel foi internado em clínicas de reabilitação três vezes, a última em março de 2015. Ele afirmou ao médico que não usa drogas há seis meses, desde que foi detido.

> Morador que agrediu faxineira admite que comprou 15 pinos de cocaína

DECISÃO

Cabe, agora, ao juiz decidir se vai ou não considerar Bertrand como inimputável, ou seja, incapaz de responder pelo seu ato. No entanto, segundo o advogado criminalista e professor de direito penal, Jovacy Peter Filho, a partir da conclusão do laudo é provável que o magistrado absolva o acusado.

“A partir do momento em que há um incidente de insanidade, seja ele temporário ou permanente, é possível aplicar a absolvição imprópria”, afirma o especialista. A “absolvição imprópria” é quando o juiz retira a culpa do acusado, em geral por problemas mentais. Nesse caso, ele ainda pode ter uma punição, que não as tradicionais como prisão e penas alternativas, por exemplo.

“É possível que o juiz aplique uma medida de segurança, que pode ser desde um tratamento ambulatorial – que pode ser no serviço público ou particular – até uma internação no hospital de custódia. No entanto, com base apenas nesse laudo, é mais provável que o juiz absolva o acusado totalmente, sem aplicar nenhuma outra medida”, afirma o advogado criminalista.

Mesmo que Bertrand saia da prisão sem nenhuma condenação, a faxineira ainda pode pedir uma indenização pelos danos que sofreu. “Na área cível, a análise da responsabilidade civil é mais ampla. Ela pode ter uma indenização favorável”, explica Peter Filho.

O Gazeta Online tentou contato com os advogados de defesa de Bertrand Aron Franceschi e Creonice Coutinho para comentar sobre o resultado do laudo, mas eles não atenderam às ligações nem retornaram.

O DIA DO CRIME

No dia do crime, em 29 de dezembro de 2016, o bacharel disse que tinha bebido e usado cocaína durante toda a noite. Pela manhã, saiu de casa para comprar mais droga e, na volta, aconteceu a agressão.

As câmeras de videomonitoramento da garagem do prédio mostram que, ao sair do carro, Bertrand caiu no chão e teve uma crise convulsiva. Em seguida, a faxineira se aproximou para ajudá-lo e acabou sendo espancada pelo agressor. Ainda de acordo com o documento, na hora da agressão, Bertrand gritou: ‘Ladra’.